



Direcção Organização Regional de Vila Real
Excertos das intervenções proferidas na Conferência de Imprensa, realizada no passado dia 03/02/2014, sobre questões de Saúde no Distrito!



Assim vai a Saúde na nossa Região!

Na saúde, para além do encerramento de 45 extensões, regista-se ainda como preocupação o corte nas ajudas ao Transporte de Doentes considerados não urgentes, nesta vasta Região, que não tem transportes públicos adequados e muitos doentes sem meios próprios para se deslocarem. Verificamos que o reforço do Pólo Hospitalar de Vila Real, não correspondeu a um reforço dos outros Pólos Hospitalares, como tinha sido prometido, tal como sucedeu com os Cuidados Primários de Saúde. Há hoje enormes preocupações quanto ao encerramento de serviços e de Pólos Hospitalares instalados no Distrito, de que é exemplo o Hospital D. Luís na Régua.

As notícias sobre a saúde, como podemos verificar, são más. Infelizmente, também é má a realidade dos hospitais portugueses. O Inverno, com o aumento das infecções respiratórias, põe a nu a falta de recursos humanos e materiais dos serviços hospitalares. A epidemia da gripe, não tem sido especialmente grave, até agora, mas coloca a descoberto todas debilidades da crise actual.

Cortaram nos Enfermeiros, nos Médicos, nos Assistentes Operacionais, nos Administrativos e nos Técnicos de Saúde. Há Médicos contratados a empresas privadas de recursos humanos, sendo que o critério principal de selecção, é o preço do trabalho por hora. Deslocam-se de serviço de urgência em serviço de urgência. Muitos nem dominam a nossa língua.

Faltam reagentes nos laboratórios, inúmeras análises não são realizadas. Faltam medicamentos hospitalares, obrigando a adiar os tratamentos na oncologia e de outras áreas. Paradoxalmente, alguns medicamentos que faltam são substituídos por outros, disponíveis, mas muitos mais caros.

Cortam no transporte de doentes, depois de terem afastado cuidados de saúde das populações. É exemplo, a deslocação das grávidas da região para realizar obstétricas em Vila Real.

As famílias desestruturadas pelo desemprego e pela emigração, têm dificuldade em apoiar os doentes. Adiam-se altas hospitalares e a demora média de internamentos aumenta. Faltam camas nos hospitais, sobram doentes. Os serviços estavam cheios no Natal e Ano Novo. Situação nada habitual.

Este quadro tem tendência em agravar-se, dado o corte adicional de 3,5% no orçamento dos hospitais em 2014.

Os governantes continuam apenas preocupados com o controlo do défice orçamental, mesmo à custa da destruição de estruturas tão essenciais como o Serviço Nacional de Saúde.

Na nossa região aparecem ofertas de transporte gratuitas para os hospitais privados das grandes cidades. Esses hospitais são ironicamente sustentados com dinheiros públicos, principalmente através da ADSE. Como eles pertencem a grandes grupos financeiros, para esses o dinheiro nunca falta. Sinais dos tempos.

A CDU alertou nas Assembleias Municipais e na Campanha Eleitoral, que as questões essenciais da saúde na nossa região, não dependem tanto do modelo hospitalar (Centro Hospitalar X ou da Unidade Local de Saúde Y), mas sim das políticas nacionais de saúde e dos investimentos que nelas se façam.

A delicada situação do País exige que cada um pondere aquilo que diz sobre a crise actual. Mas também exige que não calemos as nossas opiniões e digamos com firmeza aquilo que pensamos.

Cabe a todos a contestação a estas políticas e a exigência do reforço do Serviço Nacional de Saúde a todos os níveis na nossa região. Mais uma vez alertamos para as responsabilidades especiais dos Autarcas da nossa região. Eles parecem andar distraídos!

O Ministério da Saúde, parece tomado em toda a sua estrutura por um grupo desligado das necessidades concretas dos portugueses. Fazem-se sucessivos projectos sem nexos, aos mais diversos níveis. Parece haver um abismo entre as decisões tomadas e o mundo real.

Mas mais grave que isso, há uma real indiferença pelas consequências das decisões tomadas. Esta indiferença generalizou-se e ganhou uma dimensão nunca antes alcançada.

Aumentam as contradições na reforma dos Cuidados Primários de Saúde.

O modelo de Centro hospitalar não está avaliado na perspectiva clínica e falhou em aspectos essenciais, **sendo que o hospital de Chaves por exemplo é um bom espelho desse insucesso.** Recordam-se do que foi prometido no encerramento da maternidade? Agora as grávidas vão a Vila Real realizar as ecografias com o transporte a ser pago pelas próprias.

Multiplicam-se os programas informáticos, com um total desrespeito pelos Profissionais de saúde, que os utilizam no terreno. Tentam-se reformas no mês de Agosto, interrompendo férias dos Profissionais de Saúde, em nome de programas informáticos nos quais ninguém se revê e que acabaram por ser implementados só em Novembro.

A obsessão de tudo registar e informatizar, torna-se um objectivo em si, deixando de fazer parte de qualquer programa sério de melhoria de Cuidados de Saúde. Prescrições electrónicas, certidões de óbito, pedido de exames complementares, pedidos de transporte para os doentes ... ameaçam transformar os Profissionais de saúde em Engenheiros Informáticos.

Ninguém no Ministério da Saúde parece preocupado com a humanização dos Cuidados de Saúde. Reduzem-se os Profissionais “excepto os Gestores!” a mínimos inaceitáveis que colocam em risco a prestação de cuidados. Os gestores do Ministério da Saúde incluindo o Ministro e os Secretários de Estado, estão na realidade a “borrifar-se” para os doentes e para os Profissionais de saúde. Muitos gestores hospitalares entram na onda e adoptam a mesma postura, preocupando-se apenas com números impostos pelo Ministério.

No entanto, havia muito de útil a fazer que permitiria melhorar a prestação de cuidados de saúde, reduzindo os custos. Mas parece que nisso o Ministério da Saúde não está realmente interessado. O diálogo com os Profissionais, que no terreno “vestem a camisola” do SNS e defendem com entusiasmo os direitos dos doentes, não tem interessado o governo. Como parece também não interessar os sinais de desgaste e desmotivação dos mesmos.

Também não se conhece nenhuma medida de valorização para aqueles que tanto se esforçam, apesar deste Ministério da Saúde dizer o contrário, ou para melhorar as condições dos doentes portugueses.

É preciso dizer que o comportamento deste Ministério assume desta forma um carácter criminoso para com o SNS.

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP

Vila Real, 03 de Fevereiro de 2014